

INSTITUTO
 SÓCIOAMBIENTAL
 Documentação
 Fonte: DESP
 Data: 4/11/99 Pg: 12
 Class.: 41

CARLOS MUSSI

Bancos e meio ambiente: o futuro do Protocolo Verde

Há três anos, em novembro de 1995, o governo federal lançou a iniciativa de incorporar a análise do risco ambiental nas decisões de crédito público e benefícios fiscais. Esta iniciativa, denominada "Protocolo Verde", teve como ponto de partida a assinatura, pelos bancos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste - BNB -, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, Banco da Amazônia - Basa - e Banco Central) da Carta de Compromisso sobre o Desenvolvimento Sustentável. Nessa carta, as diretorias desses bancos assumiam a tarefa de promover a análise do risco ambiental em suas operações, capacitando seus quadros e revendo seus procedimentos internos. Passado este triênio, quais foram os resultados desta iniciativa? Será que o Protocolo Verde amarelou?

Um dos vários significados de amarelar é amadurecimento, a finalização de um ciclo. Nessa definição, pode-se identificar alguns importantes resultados sobre bancos federais e risco ambiental. Nos últimos três anos foram criadas ou reestruturadas unidades responsáveis sobre esse tema no BNB, na Caixa e no Basa. Novos procedimentos, manuais e formas de capacitação no tema estão sendo instituídos nesses bancos, visando a identificar os tipos de impacto no meio ambiente dos projetos das diferentes linhas de crédito e das exigências da legislação ambiental. Com isso, está sendo criado um maior conhecimento dos riscos ambientais envolvidos no desenvolvimento daqueles projetos ou atividades, tanto para os gerentes e pessoal dos bancos, como para os tomadores de recursos. No BNDES, essa etapa certamente já tinha amadurecido, dado o trabalho pioneiro sobre a variável ambiental em seus projetos.

No entanto, se o Protocolo Verde amadureceu quanto a algumas propostas iniciais com os bancos federais, deve-se reconhecer que ele amarelou num outro significado

da palavra: empalideceu (mostrou insegurança diante do desafio). Desde a Conferência do Rio, em 1992, a questão do meio ambiente ganhou maior prioridade para os bancos internacionais. A Iniciativa Financeira Mundial para o Meio Ambiente abrange hoje mais de 140 bancos de diferentes países, incluindo os principais bancos europeus e alguns dos maiores norte-americanos. Afinal, os valores financeiros

relacionados ao meio ambiente crescem de forma contínua. Estimase que US\$ 600 bilhões serão gastos no mundo em serviços e projetos de controle da poluição até o ano 2000 e os investidores internacio-

nais incrementaram os requisitos sobre a qualidade de seus investimentos, por intermédio dos fundos "verdes", cujo total de ativos já alcançaria US\$ 17 bilhões nos Estados Unidos.

Este estágio de desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro está ainda muito distante. O Protocolo Verde demonstra o objetivo governamental para que o tema do meio ambiente em seus bancos alcançasse um padrão próximo ao dos bancos

internacionais. Em termos de procedimentos internos e do empenho da diretoria da maioria dos bancos federais, os resultados citados revelam o esforço feito para atender as metas do Protocolo. No entanto, várias propostas do Protocolo para ampliar as suas atividades além dos bancos federais e estimular novos projetos relacionados a sustentabilidade ambiental encontraram diversas dificuldades, como os argumentos de que os concorrentes privados dos bancos federais não se restringem pelo fator ambiental e do temor em alterar a competitividade brasileira de alguns setores, pois os custos do meio ambiente estariam sendo internalizados nas decisões de investimentos ou de produção, entre outras barreiras levantadas. Mesmo a pressão legal é prejudicada pela complexidade burocrática que está sendo construída na área ambiental, com as ações concorrentes dos governos federal, estaduais e municipais sobre licenças e suas correspondentes taxas, desvirtuando o objetivo ambiental para a meta fiscal de produzir arrecadação. Essas dificuldades não ajudaram na busca de parcerias do Protocolo Verde com o setor privado e na sua consolidação interna.

Neste ponto, o amarelamento do Protocolo Verde diante do desafio de incorporar plenamente a variável ambiental no crédito e benefícios fiscais diminui as expectativas favoráveis do exterior quando do seu lançamento. O Protocolo Verde foi apresentado como uma nova forma de política pública brasileira na área ambiental, utilizando vários instrumentos e reconhecendo a relevância do tema em nível mundial. A sua completa instituição demonstraria a capacidade do sistema financeiro brasileiro para realizar melhores análises do risco ambiental. A condicionalidade desse tipo para uso de recursos externos surge, por exemplo, nas exigências feitas por agências de financiamento de exportação européias para as compras de empresas brasileiras.

O futuro do Protocolo Verde exige uma revisão em sua forma de trabalho. Os objetivos do Protocolo devem ser estendidos ao setor privado, como a análise de risco sobre o meio ambiente no crédito das instituições financeiras e a maior utilização de relatórios ou balanços ambientais por parte das empresas. Uma maior cooperação entre o sistema financeiro privado, o governo e os bancos federais é crucial para responder às crescentes indagações externas e internas sobre o impacto no meio ambiente de suas operações. Especialmente, há que estabelecer novos instrumentos de captação de recursos globais: direcionados para projetos com adequada gestão ambiental, que poderá ser uma das poucas fontes de financiamento em expansão para países emergentes, como o Brasil, nos próximos anos. Por último, a manutenção e melhoria dos esforços dos bancos federais quanto ao treinamento de equipes e procedimentos de crédito relacionados ao meio ambiente devem ser apoiadas e prestigiadas. Sem essa revisão, corre-se o risco de ser aplicado no Protocolo Verde o terceiro significado de amarelar: descoração de documentos por causa de tempo decorrido e da falta de uso.

